

A construção da referência e do sentido: uma atividade sociocognitiva e interativa*

Cláudia Roncarati
Sílvia Regina Neves da Silva

Recebido 10, jun. 2006/Aprovado 10, ago. 2006

Resumo

Este artigo trata da noção de cadeia referencial na progressão textual e discute a questão dos usos referenciais e atributivos no processo de construção do objeto-de-discurso. A partir do enfoque da teoria da referenciação de base sociocognitiva interativa, demonstramos que o estabelecimento de cadeias referenciais constitui um dos mecanismos mais eficazes de que a língua dispõe para produzir efeitos de sentido.

Palavras-chave: processos referenciais; cadeia referencial; uso referencial; uso atributivo.

*O presente artigo contou com a colaboração do bolsista de IC/CNPq Ronaldo Eduardo Ferrito Mendes, do Curso de Graduação em Letras da UFF, como auxiliar de pesquisa.

Introdução

Neste artigo, focalizamos processos de constituição e de funcionamento das cadeias referenciais (CRs) no processamento textual e discutimos o problema da distinção entre os empregos referencial e atributivo com base em textos de gêneros diversificados. Inicialmente, contextualizamos as tendências em pesquisa sobre referência. A seguir, apresentamos as noções de progressão referencial e de cadeia referencial, assim como um quadro resumitivo das relações anafóricas que norteiam as análises das CRs. Por fim, apontamos questões relativas à adequabilidade do enfoque metateórico aqui adotado, pautado na teoria da referenciação de base sociocognitiva interativa.

O estudo da referência textual tem sido alvo de inúmeras pesquisas e, conseqüentemente, de reformulações teóricas. É truísmo afirmá-lo como um tema em que se debruçam estudiosos de diferentes domínios do conhecimento, como a filosofia, a lógica, a semântica, a lingüística, a pragmática, a psicolingüística, a sociolingüística, a semiótica, a cognição, a análise do discurso e as ciências sociais.

Entretanto, os pesquisadores e os teóricos que se ocupam desses estudos se dividem basicamente em duas tendências predominantes quanto ao tratamento e à concepção da referência: uma, a mais tradicional, concebida segundo uma perspectiva lógico-semântica e outra, pautada em uma perspectiva sociocognitiva interacionista, surgida mais recentemente.

Por longo tempo, a concepção dominante foi aquela dos estudos lógico-semânticos, para os quais a linguagem é uma representação extensional (dêitica, apontadora) da realidade objetiva e circundante, e a referência, uma forma de representação do mundo. Nessa vertente, o processo de constituição de elos referenciais se reduz, então, a uma operação ou mecanismo de atamento de uma forma nominal ou pronominal ao seu referente no âmbito da sentença, e o referente é tratado como uma entidade apriorística e estável, um objeto do mundo extralingüístico:

Neste caso, tanto a linguagem como o mundo estão previamente discretizados e podem ser correlacionados por processos referenciais de correspondência. A referência seria uma contraparte extramente de um conceito ou uma expressão lingüística. As significações teriam uma referência no mundo objetivo. Os referentes, nesta teoria, são objetos do mundo e a atividade de referi-los é um processo de designação extensional. (MARCUSCHI, 2000, p. 11)

Tal noção de referência ainda conta com muitos adeptos. Todavia, cada vez mais, aumenta o número de seguidores que, ao conceberem a linguagem como uma atividade interativa e sociocognitiva, passam a ver a referência como um contrato discursivamente produzido, em que os referentes são imanentemente

objetos-de-discurso, entidades alimentadas e sancionadas pela atividade discursiva. Neves da Silva (2002, p. 18), em consonância com este enfoque metateórico, considera que

[...] a referência é a base da significação, a fonte contextual da produção de sentidos que viabiliza a construção do referente como objeto-de-discurso. A referência é uma entidade de existência discursiva, criada pelos sujeitos, à medida em que eles identificam e designam indivíduos, fatos, ações, estados de coisas, sejam eles concretos ou abstratos, seres reais ou virtuais. A referência é, pois, aquilo que o referente designa. É um tipo de materialidade ou representante virtual do referente. No entanto, sua existência no texto não a constitui como entidade independente, autônoma, com existência garantida fora do mundo discursivo.

Sendo a referência constituída através de relações semânticas variadas no processamento de retomadas ou remissões da cadeia referencial, a sua própria significação (cf. MARCUSCHI, 1999) pressupõe o acesso a uma série de domínios, quais sejam: ideacional (informativa e de base lexical); discursivo (informativa e de base co(n)textual); interacional (interpessoal, de base interativa e cognitiva) e situacional (de base pragmática). A significação da referência não é um construto pronto e acabado, ao contrário, ela se sujeita a revisões e alterações em função mesmo dos quadros cambiantes dos domínios em que se inscreve. Vários fatores contribuem para a significação da referência: o uso lingüístico (léxico-semântico), a intencionalidade e a situação (contexto). A significação lingüística, que diz respeito à seleção de itens lexicais, à intencionalidade e à experiência cognitiva representadas na memória histórica e social dos interlocutores, sofre, portanto, a pressão desses domínios.

Assim, por exemplo, quando o significado da referência é implícito, a interpretação passa a depender quase crucialmente de processos inferenciais que se apóiam no saber partilhado. Eventualmente, a recuperação do sentido referencial (a interpretação) pode torna-se impraticável, caso em que o interlocutor não consegue acessar e ativar, em sua memória sócio-discursiva, os esquemas conceituais implícitos no texto, ou parte deles, condição *sine qua non* à ativação de operações inferenciais. É senso comum que as condições de acesso ao conhecimento enciclopédico possam restringir as possibilidades de produção de sentido. As possibilidades de atribuição de significação às cadeias referenciais, são, portanto, sujeitas a uma série de fatores intervenientes: nas cadeias de remissão de um mesmo referente, os elementos de significação relacionados podem partilhar uma ou outra propriedade referencial, explícita ou implícita, podendo haver entre eles apenas relações de associação, inclusão e contigüidade, entre outras (BRONCKART, 1999, p. 269).

A significação da referência, cumpre novamente enfatizar, não constitui um processo definitivo e nem se calca em esquemas conceituais previamente fixados, uma vez que a relação de significação entre referência e referente se realiza a cada passo no fluxo informacional. Em princípio, todos os referentes evoluem – mesmo em retomadas por paráfrase, sinônimo ou repetição – já que em cada remissão novas molduras comunicativas e reorientações argumentativas se estabelecem. Assim, na continuidade referencial, o referente pode ser lexicalmente recategorizado e exibir eventuais modificações em sua predicação atributiva, em função da negociação interacional, dos movimentos variáveis de enquadres comunicativos e das intencionalidades argumentativas.

A lingüística textual tem revitalizado, com novos ares e promissor alento, o conjunto de conhecimento já produzido sobre a organização da informação, da estruturação textual e da referência. Os resultados das pesquisas nessa área nos levam a considerar a existência de uma teoria da referenciação, fundamentada em uma semântica do texto sócio-interativamente concebida (cf. KOCH; MARCUSCHI, 1998, p. 173). A interpretação de uma expressão referencial anafórica nominal ou pronominal, portanto, não implica a localização de um antecedente ou de um objeto específico no mundo, mas de um objeto ou informação anteriormente produzida na memória discursiva compartilhada e publicamente alimentada pelo próprio discurso (cf. APOTHELOZ; REICHELER, 1999).

Como constituir cadeias referenciais na progressão referencial

Segundo Koch e Marcuschi (1998, p. 170) e Marcuschi (1999, p. 2), a progressão referencial diz respeito à introdução, identificação, preservação, manutenção e retomada de referentes textuais, correspondendo às estratégias de designação de referentes e formando o que se pode denominar *cadeia referencial*. A interpretação dessas cadeias, um dos fatores atuantes na interpretação da progressão tópica, ou seja, na compreensão da evolução dos assuntos tratados ao longo do fluxo discursivo, revela-se como uma estratégia de relevância didático-pedagógica para a compreensão/produção textual, área de estudos interdependentes e com grande concentração de dificuldades. Problemas de rastreamento da evolução dos assuntos tratados ao longo do fluxo discursivo, de falta de concordância verbal e nominal e ocorrência de frases truncadas e trechos sem coesão e, não raro, sem coerência podem resultar, entre outros fatores intervenientes, da não percepção de diferenças entre estratégias de designação e de encadeamentos de referentes nos usos discursivos.

O tema da progressão referencial ainda apresenta muitas questões em aberto, tornando-se realmente convidativo à pesquisa. O recorte aqui adotado – análise das cadeias referenciais na produção discursiva oral e escrita – é ainda pouco explorado como instrumento de análise das transformações de designação que um mesmo referente pode apresentar em sua cadeia de remissão (por exemplo, por retomada através de repetição de item lexical, pronominalização, elipse, ou ainda, por diferentes mecanismos de recategorização: associação, sinonímia, paráfrase, metonímia, metáfora, hiponímia, hiperonímia, etc.).

A progressão referencial, segundo Neves da Silva (2002, p. 29), é um dos fatores relevantes na formação de cadeias referenciais que influem na evolução e tessitura do texto. Essas cadeias estabelecem relações semânticas e cognitivas entre os itens lexicais que as constituem e contribuem para discriminar, sequencializar e entrelaçar os estágios de um argumento na progressão temática. No fluxo da informação ingressante, o foco de consciência se desloca continuamente de uma porção ou segmento de unidade informacional para outro, deslocamento este que regula a manutenção do referente na memória de curto e longo termo (CHAFE, 1994, p. 98) integrando informações velhas com novas, com suporte da argumentação. Eis aqui esses princípios de referenciação envolvidos no foco de consciência, tal como detalhados por Koch (2002, p. 83): ativação - um referente até então não mencionado é introduzido no fluxo discursivo (primeira menção); reativação - um referente já introduzido é novamente ativado na memória de curto termo, por meio de uma forma referencial; deativação - um outro referente é introduzido, deslocando a atenção do referente anteriormente em foco.

É nesse aspecto, por conseguinte, que se diz que a continuidade referencial e o desenvolvimento do tópico contribuem para alicerçar a organização e progressão discursiva ao longo do texto. Um dos problemas mais comuns na produção/compreensão textual é a dificuldade de manutenção dos referentes na memória discursiva, processo este balizado nas relações anafóricas e catafóricas responsáveis pelas estratégias de designação e encadeamento referencial. Mas também, como já ressaltamos, muitos dos problemas de estabelecimento de progressão referencial podem estar relacionados ao grau de capacidade de mobilização e reelaboração de conhecimentos socioculturalmente compartilhados e registrados ou não na memória discursiva, importante fonte de atribuição de coerência e orientação discursivo-argumentativa.

As cadeias referenciais, ao facilitarem a construção de uma rede multidimensional de pistas prospectivas e retrospectivas na superfície textual, contribuem para a identificação e o domínio de estratégias sociocognitivas de seleção, antecipação, inferência e verificação no processamento textual.

A noção de Cadeia Referencial (CR) corresponde à noção de cadeia anafórica. Ambas foram conceituadas por Chastain (1975, p. 205) e retomadas por Corblin (1995, p. 151). Em um enunciado ou um texto, chamamos de CR toda seqüência de itens que remete a um mesmo referente. A CR constitui, portanto, um mecanismo de progressão referencial, através do qual se procede à categorização do estatuto dos referentes.

No entanto, conforme têm demonstrado Neves da Silva (2002), Roncarati, Cavalcante e Mendes (2004) e Roncarati (2005), o teste da aplicação das CRs em diferentes gêneros textuais da fala e da escrita envolve uma série de problemas de ordem semântico-argumentativo associados ao emprego referencial e atributivo dos referentes textuais.

A determinação do estatuto teórico dos itens lexicais, na avaliação de Koch e Marcuschi (1998, p. 177-179), é uma atividade de categorização dos referentes no discurso que, por não se circunscrever a uma mera etiquetagem de operações de designação, desloca o problema da significação literal para aspectos estratégicos e processuais, já que o estabelecimento das CRs se processa em uma rede multidimensional de relações semântico-argumentativas. A constituição de uma CR põe em foco o estado discursivo das designações referenciais.

Portanto, a determinação do estatuto dos referentes textuais em uma CR nos leva a rever a noção de que somente os sintagmas nominais utilizados referencialmente são suscetíveis de empregos anafóricos. Esta noção, para Halliday e Hasan (1976), diz respeito à visão estreita de anáfora – o caso da anáfora direta – que constitui sempre uma co-referenciação. O enfoque que aqui adotamos, no entanto, se baseia numa visão ampla de anáfora, usada “[...] para designar expressões que, no texto, se reportam a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais (retomando-os ou não) contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial” (MARCUSCHI, 2005, p. 54-55).

Nesse sentido, há que se considerar a função de expressões atributivas no processo da construção da referência e de seu sentido, uma vez que a referência constitui o próprio objeto-de-discurso e este, por sua vez, é construído no interior do texto. Portanto, parece pertinente que sua constituição deve levar em conta também os atributos de predicação que lhe são remetidos. O uso de expressões atributivas pode oferecer recursos de sentido importantes para a construção do objeto-de-discurso, a depender da tipologia das seqüências discursivas que compõem a estrutura dos gêneros. Por exemplo, seqüências descritivas tendem a apresentar aporte de novas informações por meio de atributos predicativos, como demonstramos mais adiante na análise dos textos. Nesses casos, observa-se, ainda, que essas expressões atributivas podem ser remetidas e retomadas na CR. Segundo Koch e Elias (2006, p. 137), muitas pesquisas têm evi-

denciado que as expressões nominais referenciais desempenham funções cognitivo-discursivas, que, como formas de remissão, possibilitam ativação e reativação na memória do interlocutor. Nesse sentido, as autoras admitem que há “[...] formas híbridas, referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras não só de informação dada, mas também de informação nova” (KOCH; ELIAS, 2006, p. 138).

No entanto, a questão é controversa na literatura. A distinção entre emprego referencial e emprego atributivo se deve a Donnellan (1966). Vejamos o caso clássico, apontado por este e retomado por Lyons (1977) e Apothéloz (2003). Lyons (1977, p 153-154) considera que

Não se deve pensar que a única função dos sintagmas nominais definidos seja fazer referência a indivíduos (ou classe de indivíduos) específicos. Um sintagma nominal definido pode ocorrer como o complemento do verbo ‘ser’, podendo então ter uma função predicativa, e não referencial. Isto poderá ser ilustrado pela seguinte frase:

(2) Giscard d’Estaing é o Presidente de França.

Assim, (2) pode ser compreendida de diversas maneiras e, em particular, como exprimindo uma proposição comparável a proposições como: Giscard d’Estaing é oriundo de Auvergne, gosta de jogar tênis, etc. Nesta interpretação de (2), o sintagma ‘o Presidente de França’ não é usado para referir um indivíduo, mas com função predicativa, para dizer alguma coisa acerca do indivíduo que é referido por meio da expressão-sujeito ‘Giscard d’Estaing’.

A nosso ver, cabe ressaltar aqui que esta ‘alguma coisa’ dita acerca do referente, em forma de atributo predicativo, delimita seu sentido referencial e contribui para a evolução do referente.

Mais adiante, Lyons (1977, p. 153-154) admite:

Mas há uma outra interpretação de (2), segundo a qual tanto ‘Giscard d’Estaing’ como ‘o Presidente da França’ funcionam como expressões referenciais, estabelecendo a cópula uma relação de identidade entre os dois referentes. Assim, acontece que em Inglês e em muitas outras línguas, embora nem todas, a cópula predicativa e a cópula equativa são idênticas: o verbo ‘ser’ é usado em ambos os casos. Não obstante, há diferenças importantes entre as frases predicativas e as frases equativas que contêm o verbo ‘ser’: se (2) for tomada como uma frase equativa, as duas expressões referenciais são intermutáveis (tal como os dois termos numa equação como $32=9$) e o artigo definido é uma componente obrigatória de ‘o Presidente da França’; se (2) for considerada uma frase predicativa, os dois sintagmas nominais não são intermutáveis e o artigo é facultativo no sintagma nominal predicativo.

O problema reside, pois, no fato de se considerar a possibilidade de haver relações anafóricas também para expressões predicativas e não somente para expressões referenciais.

Neste aspecto, Apothéloz (2003, p. 61) considera que, para Halliday e Hasan (1976),

a referência só é um tipo de relação anafórica, dentre outras. Mas certos autores só utilizam o termo anáfora para designar as expressões referenciais. Neste sentido restrito do termo, somente os sintagmas nominais utilizados referencialmente são suscetíveis de empregos anafóricos.

Neves da Silva (2002, p. 20), com base em evidência empírica extraída de diferentes gêneros textuais da fala e da escrita, destaca a possibilidade de uma mesma referência “operar seleções lexicais variadas, a depender dos atributos que vão sendo colocados e que, não raro, geram evoluções referenciais, recategorizações e reorientações discursivas e argumentativas”. Não há dúvida de que não se pode confundir o uso referencial com aquele atributivo, mas, por outro lado, o uso atributivo fornece novas informações sobre o referente, contribuindo para uma construção mais detalhada do objeto-de-discurso. Por fim, de acordo com Mondada (2005, p. 12), a referência é “um fenômeno que concerne simultaneamente à cognição e aos usos de linguagem em contexto e em sociedade”.

Esse conjunto de argumentos metateóricos nos leva nos leva a considerar que nenhum dado informativo relativo ao referente, seja ele referencial ou atributivo, deve ser descartado na construção da referência. Desse modo, parece-nos teoricamente coerente considerar a remissão de atributos predicativos como dados informativos de valor referencial. Apesar disso, pouca atenção se tem dado à predicação atributiva, que também tem seu papel no sentido de transformar e fazer evoluir o objeto-de-discurso no desenvolvimento da CR.

As CRs e os mecanismos de referência estabelecidos por relações endofóricas

O estabelecimento e funcionamento das CRs são esquematizados a partir do seguinte quadro de relações anafóricas proposto por Marcuschi (1999) e já adaptado e aplicado por Neves da Silva (2002) em diferentes gêneros textuais da fala e da escrita:

Quadro das relações endofóricas

Relação anafórica	Esquema categorial
{1} Retomada explícita de antecedente por repetição de item ou construção lingüística com estabilidade/ continuidade referencial	± correferência* – recategorização + co-significação
{2} Retomada explícita do antecedente por pronome com estabilidade / continuidade referencial	+ correferência – recategorização – co-significação
{3} Retomada implícita de antecedente por sinonímia, paráfrase, associação, meronímia e metonímia com estabilidade/ continuidade referencial	± correferência* + recategorização – co-significação
{4} Com remissão e retomada implícita de antecedente não pontualizado e com reorientação referencial realizada por dêiticos textuais	– correferência + recategorização – co-significação
{5} Com remissão e retomada implícita de antecedente e reorientação referencial por nominalização/verbo ou hipo/ hiperonímia	– correferência + recategorização – co-significação
{6} Com remissão sem retomada de antecedente e reorientação referencial por rotulações metalingüísticas ou de força ilocutória	– correferência (?) recategorização (?) co-significação
{7} Sem remissão e sem retomada de antecedente, com construção referencial induzida por pronome/nome ou construção nominal	(?) correferência (?) recategorização (?) co-significação
{8} Elipse. Retomada implícita de antecedente por elipse do referente (argumento do verbo: sujeito ou objeto) com estabilidade / continuidade referencial. Trata-se de anáfora zero.	+ correferência – recategorização – co-significação

Esse quadro apresenta os mecanismos de remissão, retomada e referência, em processos de relações endofóricas que podem garantir continuidade referencial ou não, a depender do estabelecimento de correferência, recategorização e co-significação. A *correferência* é uma remissão com retomada do referente já introduzido, através de repetição, sinônimo ou de designação alternativa para um mesmo referente; a *co-significação*, uma relação de identidade léxico-semântica estabelecida entre elementos lingüísticos e constituída por relações anafóricas ou catafóricas; a *recategorização*, a remissão a um aspecto co(n)textual antecedente (item lexical ou co(n)texto), operando como espaço informacional para a inferenciação; pode ou não envolver retomada implícita (parcial, total ou similar).

Para demonstrar a constituição e organização das CRs selecionamos três textos: um fragmento de romance de Júlio Verne, *A volta ao mundo em oitenta dias*; uma fábula de La Fontaine e um trecho de uma entrevista semi-informal de uma informante com ensino superior incompleto.

Eis o primeiro texto em análise, em que destacamos somente a CR concernente à personagem de Jean Passepartout.

Sem ser suntuosa, a casa de Saville Row destacava-se pelo extremo conforto. Aliás, pelos hábitos invariáveis do locatário, o serviço reduzia-se a pouco. No entanto, Phileas Fogg exigia de seu único criado uma pontualidade e uma regularidade extraordinárias.

Naquele mesmo dia, 2 de outubro, Phileas Fogg havia despedido James Foster – acusara o rapaz de ter-lhe trazido a água para fazer a barba a oitenta e quatro graus Fahrenheit, ao invés de oitenta e seis -, e esperava seu sucessor, que devia se apresentar entre onze horas e onze e meia.

Phileas Fogg, confortavelmente instalado em sua poltrona, os dois pés juntos, como os de um soldado numa parada, as mãos apoiadas nos joelhos, o corpo ereto, a cabeça erguida, olhava a marcha dos ponteiros de seu relógio de pêndulo – aparelho complicado que indicava as horas, os minutos, os segundos, os dias, as datas do mês e o ano. Às onze e meia em ponto, de acordo com seus hábitos cotidianos, o senhor Fogg deveria deixar sua casa para ir ao Reform Club.

Naquele momento, bateram à porta da sala onde estava Phileas Fogg.

James Forster, o dispensado, apareceu.

– O novo criado – disse.

Um rapaz de cerca de trinta anos apresentou-se e cumprimentou-o.

– O senhor é francês e se chama John? – perguntou-lhe Phileas Fogg.

– Jean, com o seu perdão – respondeu o recém-chegado. – Jean Passepartout, um apelido que permaneceu, e que justifica minha aptidão natural para me livrar de confusões. Creio ser um rapaz honesto, senhor, mas para ser franco exerci muitas profissões. Fui cantor ambulante, picador de um circo andei na corda bamba, como Léotard, e dancei como Blondin; depois me tornei professor de ginástica para empregar meus talentos e, finalmente, fui sargento do Corpo de Bombeiros em Paris. Em meu dossiê constam até incêndios notáveis. Mas eis que abandonei a França há cinco anos e, querendo gozar da vida familiar, acabei como criado de quarto na Inglaterra. Ora, encontrando-me desempregado e tendo ouvido dizer que o senhor Phileas Fogg era o homem mais regular e mais sedentário do Reino Unido, apresentei-me em sua casa, senhor, com a esperança de aqui viver tranqüilo e até me esquecer deste nome de Passepartout...

(VERNE, Júlio. A volta ao mundo em oitenta dias. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996. p. 11-12).

CR: Jean Passepartout

CR: {6} seu sucessor que devia se apresentar entre onze horas e onze e meia > {3} o novo criado > {3} um rapaz de cerca de trinta anos > {2} o senhor > {3} francês > {3} John > {1} Jean > {3}o recém-chegado > {1} Jean Passepartout, um apelido que permaneceu > {3} minha aptidão natural > {8 } Ø livrar > {8} Ø creio ser > {6} um rapaz honesto > {8}Ø ser > {8} Ø exerci {8} Ø fui > {6} cantor ambulante > {6} picador de um circo > {8} Ø andei > {8} Ø dancei > {6} > {8} Ø tornei > {6} professor de ginástica > {3} meus talentos > {8} Ø fui > {6} sargento do Corpo

de Bombeiros em Paris > {6} meu dossiê > {8} Ø abandonei > {8} Ø querendo > {8} Ø acabei > {6} como criado de quarto na Inglaterra > {8} Ø encontrando-me > {6} desempregado > {8} Ø tendo > {8} Ø apresentei-me > {8} Ø me esquecer > {4} deste nome de Passepartout.

Este excerto presta-se para discutir o problema do emprego referencial e atributivo na constituição da CR, tendo em vista o processo de construção da referência e de seu sentido, ou seja, a construção do objeto-de-discurso.

Na progressão referencial, as formas híbridas, referencia-doras e atributivas (cf. KOCH; ELIAS, 2006, p. 138) veiculam informações novas que contribuem para desenhar o perfil da personagem (*o novo criado*), com base na memória discursiva sociocognitiva, através de uma construção dialógica em que participam diferentes vozes, agentes do percurso temático (*narrador, Phileas Fogg, James Foster e o novo criado*). Assim, cada participante da trama narrativa vai aduzindo novas informações que são compartilhadas pelo leitor ao tempo em que constroem interativamente o objeto-de-discurso (*Jean Passepartout*). Ressalte-se que a alternância de locutores incorpora a referenciação dêitica, a partir do momento em que o próprio Jean Passepartout toma o turno e faz uma apresentação de si mesmo, a modo de um dossiê (*fui cantor ambulante, etc...*), com o emprego da dêixis (referenciação dêitica em 1ª p.), codificada por anáfora zero, estratégia {8}: Ø *lirar*, Ø *creio ser*, Ø *ser*, Ø *exerci*, Ø *fui*, Ø *andei*, Ø *dancei*, Ø *me tornei*, Ø *fui*, Ø *abandonei*, Ø *querendo*, Ø *acabei*, Ø *encontrando-me*, Ø *tendo ouvido dizer*, Ø *apresentei-me*, Ø *viver*, Ø *me esquecer*.

Em {6} *seu sucessor que devia se apresentar entre onze horas e onze e meia* (realizada por expressão referencial formada por determinante + nome + oração relativa), temos a primeira menção do referente ativado por predicação atributiva de função catafórica, com remissão a referente antecedente sem retomada. Além da função atributiva, o sintagma nominal 'seu sucessor' remete, por catáfora, a 'o novo criado'. Em {3} *o novo criado*, temos a identificação do referente, por associação, com remissão e retomada implícita do antecedente (*seu sucessor*) e aporte de nova informação. Já em {3} *um rapaz de cerca de trinta anos*, temos uma retomada implícita ao modo de introdução de novo referente (expressão nominal indefinida) com função predicativa que carrega informação nova a referente já introduzido. Em {2} *O senhor*, temos retomada explícita do antecedente por pronome de tratamento com continuidade referencial. Em {3} *francês, John* temos remissão e retomada implícita de antecedente por associação com busca de identificação por dêixis social (origem e nome próprio) através de uma pergunta feita por Phileas Fogg. Em {1} *Jean e Jean Passepartout, um apelido que permaneceu*, temos retomadas explícitas de antecedente (*John*), no primeiro caso, por

repetição de item lexical com reparo e preservação de face, em relação à origem de seu nome, feito pelo próprio *Passepartout* e, no segundo, retomada explícita com aporte de novos dados (*um apelido que permaneceu*) com continuidade referencial. Em {3} *o recém-chegado*, temos uma retomada implícita por paráfrase com aporte de informação nova. Em {3} *minha aptidão natural e meus talentos*, temos retomadas implícitas do antecedente por associação meronímica (parte do referente que o identifica) de valor atributivo sem correferencialidade. Em {6} *um rapaz honesto, cantor ambulante, picador de um circo, professor de ginástica, sargento do Corpo de Bombeiros em Paris, como criado de quarto na Inglaterra desempregado*, temos uma série enunciativa de força ilocutória, por aporte de predicções atributivas, que, acrescentadas no percurso da CR, contribuem para compor o objeto-de-discurso (*o novo criado*), tipificando um caso de evolução do referente na progressão textual. Em {6} *franco e tranqüilo*, temos remissão sem retomada de antecedente por reorientação atributiva de força ilocucionária que oferece dados para a caracterização psicológica da personagem. Em {6} *meu dossiê*, temos um caso de remissão sem retomada do antecedente com reorientação referencial por rotulação metalingüística ou metadiscursiva (*dossiê*) que resume e encapsula os atributos predicativos apresentados na composição da personagem pelo próprio *Passepartout*. Por fim, em {4} *deste nome de Passepartout*, temos remissão e retomada implícita de antecedente por dêitico textual (*deste*) associado a uma rotulação que encapsula todos os atributos que remetem ao perfil da personagem, perfil este encarnado no nome simbólico e de recurso semiológico da personagem, que indicará seu papel fulcral na estória: o de *passe-partout*, 'a chave-mestra', que há de solucionar os problemas com quais a narrativa se enredará. Neste ponto da trama, observa-se que a personagem quer se livrar do estigma do seu nome lhe confere.

Agora, vamos ao segundo texto, a fábula *Os Ladrões e o Jumento*, numa versão de La Fontaine.

Os Ladrões e o Jumento



Países romenos durante o governo de Mihailoviteazul (1593-1601). Pode-se ver, acima, a Transilvânia.

Dois ladrões brigavam por causa de um jumento roubado. Enquanto \emptyset trocavam bofetões, apareceu um terceiro ladrão que levou o asno.

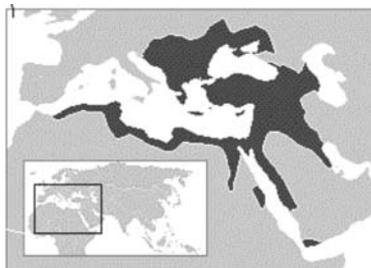
O jumento desta história pode ser alguma infeliz província. Os ladrões são príncipes, como o da Transilvânia,¹ da Hungria ou do império otomano.²

¹ A *Transilvânia* era um estado vassalo do *Sublime Portal* (o Império Otomano), quando entrou em um período de ampla autonomia. Como um vassalo, a *Transilvânia* pagava ao Portal um tributo anual e fornecia assistência militar; em troca, os otomanos comprometem-se em proteger a *Transilvânia* de ameaças externas. Príncipes nativos a governaram de 1540 a 1690. As poderosas famílias dominantes da *Transilvânia*, em sua maioria húngaras, cuja posição ironicamente se fortaleceu com a queda da Hungria, geralmente escolhiam o príncipe, sujeito à aprovação do Portal; em alguns casos, porém, os turcos indicavam diretamente o príncipe.

² O Império Otomano, fundado por Osman I (em Árabe *Uthman*, de onde deriva o nome "otomano"), foi um estado que existiu entre 1281 e 1923 e que, no seu auge, compreendia um vasto domínio. Nos séculos XVI e XVII, o Império Otomano constava entre as principais potências políticas europeias. Foi nesta época em que La Fontaine escreveu suas fábulas ideadas no espírito clássico racional do humor e da crítica. A dinastia Osmanli era, por vezes, referida em círculos diplomáticos como a *da Sublime Porte* ou, simplesmente, como a *Porte*, devido à cerimônia de acolhimento com que o Sultão agradecia os embaixadores à entrada do palácio.

Em lugar de dois, apareceram três,³ e já são bastantes. A província conquistada não ficou para nenhum deles. Chega o quarto ladrão, que deixa os outros de mãos vazias e Ø leva o jumentinho.

(PEIXOTO, Paulo Marcos (Org.). *Fábulas de La Fontaine*. São Paulo: Ed. Paumapé, 1993. p. 13)



O Império Otomano (Portal) no auge de seu domínio (1683).

Para analisar as CRs nesse fábula, optamos por segmentar o texto em duas partes: tomamos a primeira como uma síntese da versão clássica da fábula e a segunda, como uma paráfrase contextualizada no século XVII.

Assim, na primeira parte, distinguimos três CRs: (1) os ladrões; (2) o jumento e (3) um terceiro ladrão.

CR1: os ladrões (1ª menção) > {1} dois ladrões > {8} Ø trocavam

CR2: o jumento (1ª menção) > {1} um jumento roubado > {3} o asno

CR3: um terceiro ladrão (1ª menção) > {2} que

Na CR1, a primeira menção, *Os ladrões*, constituída por uma expressão nominal definida, ocorre no título; a retomada do referente, no início do texto, se realiza por expressão nominal definida, com repetição de item lexical e especificador de quantidade, {1} *Dois ladrões*; a seguir, a retomada por elipse, {8} Ø *trocavam*, garante a continuidade referencial.

Segundo Chafe (1994, p. 98), a primeira menção do participante no discurso deve ser codificada através de uma forma nominal indefinida, caracterizando um referente ainda não conhecido, o qual é subsequente retornado através de forma nominal definida, por já ser então conhecido. Mas, nas fábulas, em geral, a primeira menção se realiza no título por expressão nominal definida (cf. *O ladrão e o corvo*, *A cigarra e a formiga*, *A ostra e o camundongo*, *O leão e o cordeiro*, etc...). Isso se explica talvez pelo fato de que as fábulas fazem parte de um universo textual de longa tradição cultural sabidamente compartilhada na memória coletiva entre diferentes povos. Trata-se de gênero textual originado na oralidade e fixado através de padrões estruturais em que se antropomorfizam animais, tratados como referentes conhecidos. De qualquer modo, vale ressaltar que, em geral, a codificação de títulos é variável, a depender da intencionalidade do enunciador, que pode sugerir que o referente já é conhecido,

³ Possivelmente, a associação aqui estabelecida por La Fontaine, ao citar os três príncipes (Hungria, Transilvânia e Império Otomano), diz respeito à teia de poder, cuja instância superior eram os Otomanos, grandes imperialistas.

utilizando, para tanto, a expressão definida, ou fazer uso de expressão nominal indefinida, quando nomeia um referente novo, a ser apresentado no corpo do texto.

Na CR2, a primeira menção, *o jumento*, também se dá, no título, por uma expressão nominal definida; a retomada, no entanto, é realizada por uma expressão nominal indefinida, {1} *um jumento roubado*, que caracteriza a particularização do referente: não se trata de um jumento qualquer, mas daquele que foi roubado; a terceira ocorrência constitui uma retomada por uma expressão nominal definida por sinonímia, {3} *o asno*, logo, com continuidade referencial.

Já a CR3 segue o padrão previsto por Chafe (1994) com introdução de um novo referente por expressão nominal indefinida *um terceiro ladrão*, que, a modo de uma personagem desestabilizadora, abre nova possibilidade interpretativa, reorientando o percurso argumentativo para uma direção imprevista, instaurando uma intertextualidade de conteúdo com o ditado *latino inter duos litigantes, tertius gaudet* (entre dois litigantes, o terceiro se alegra): o terceiro ladrão acaba “levando a melhor” ao ficar com o asno.

Na segunda parte da fábula, há uma retomada temática dos referentes, mas não há correferenciação, ou seja, os referentes não constituem os mesmos objetos-de-discurso da primeira parte da fábula, pois as CRs exibem uma releitura metaforizada no cotexto com remissão a um espaço histórico-geográfico determinado, que permite inferir, através de conhecimento culturalmente compartilhado ou enciclopédico, os dados da situação extralingüística em foco, desde que o leitor tenha acesso a esses dados: por conhecimento prévio ou pesquisa direcionada.

Passemos, agora, à análise da segunda parte da fábula:

CR1: o jumento (1ª menção) > {1} o jumento desta história > {6} alguma infeliz província > {1} o jumentinho

CR2: os ladrões (1ª menção) > {1} os ladrões > {6} príncipes, como o da Transilvânia, da Hungria ou do império otomano > {8} dois Ø > {8} três Ø > {6} bastantes > {2} nenhum deles > {2} os outros > {3} de mãos vazias

CR3: {7} o quarto ladrão > {2} que > {8} > Ø leva

Nesta segunda versão, o referente *o jumento*, da primeira parte, é retomado por repetição de item lexical, {1} *o jumento desta história*, com continuidade referencial sem correferencialidade; a terceira ocorrência, {6} *alguma infeliz província*, constitui uma reorientação por construção metafórica com atributo predicativo, de força ilocutória; a seguir, {1} *o jumentinho* realiza uma retomada por repetição de item lexical, com continuidade referencial, com base na primeira menção.

Na CR2, o referente *os ladrões* do primeiro segmento do texto é igualmente retomado por {1} *os ladrões* por repetição de item lexical, com retomada sem correferencialidade; a seguir, {6}

príncipes, como o da Transilvânia, da Hungria ou do império otomano constitui uma reorientação do referente por construção metafórica com aporte de atributo predicativo e recategorização; na seqüência referencial {8} *dois* Ø retoma o referente, por meio de especificador de quantidade, com elipse do núcleo referencial; em {8} *três* Ø, a retomada segue a mesma estratégia, entretanto, apresenta evolução referencial de atribuição predicativa quantitativa (não são mais aqueles dois ladrões iniciais e, sim, três); na seqüência, {2} *bastantes, para nenhum deles, os outros* constituem retomadas explícitas de antecedente por pronominalização; finalmente, {3} *de mãos vazias* faz uma reorientação referencial com remissão e retomada implícita por meio de meronímia, com aporte de atribuição predicativa: os ladrões ficam de mãos vazias.

Na CR3, {1} *o quarto ladrão*, embora se trate de referente novo, é introduzido ao modo de referente conhecido, uma vez que retoma o *terceiro ladrão* da primeira parte, no sentido de se tratar igualmente de personagem desestabilizadora (o que leva o jumentinho), que abre nova possibilidade interpretativa reorientando o percurso argumentativo para uma direção imprevista; na seqüência, {2} *que* realiza retomada explícita por pronome com continuidade referencial; e, finalmente, {8} Ø *leva* retoma o referente com elipse do sujeito referencial.

A fábula, termo equivalente do grego “mito”, segundo Moisés (1974, p. 226-227), designa no interior do pensamento aristotélico, a imitação das ações, a intriga, sendo considerada um elemento da tragédia. De narrativa curta e alegórica, a fábula, usualmente identificada com a parábola, encerra uma moral, implícita ou explícita. Na avaliação de Azeiteira (2002, p. 28), “Por vezes, a Fábula propõe imaginosas explicações sobre a origem de certos comportamentos, ou situações, relacionados com animais ou com coisas ou objetos, assumindo, assim, intenções etiológicas”. De longa origem, provavelmente oriental, a fábula, comum na antigüidade clássica, foi cultivada notadamente por Esopo (século VI a. C.), por Fedro (séc. I d. C.) e por La Fontaine, um dos mais destacados fabulistas da idade moderna (1668 a 1694).

A fábula em questão apresenta um aspecto vário: trata-se de uma ressignificação do papel que, tradicionalmente, caberia à moral. Mas, na fábula de que tratamos, temos uma outra leitura ou versão calcada no contexto sócio-histórico epocal, conforme detalhado nas notas. Poderíamos considerar que a fábula tradicional (primeiro segmento ou parte) se comporta como uma epígrafe que inspira a outra versão. Neste sentido, ambos os segmentos apresentam um dialogismo inerente, corporificado em um tipo de metafábula. Em função dessa estrutura intertextual, cada segmento exibe uma rede dimensional de CR específica que se amalgama em uma mais ampla, com recategorizações

referenciais de cunho metafórico, com redirecionamento de possibilidades interpretativas; o enunciador inaugura uma linha argumentativa preferencial (veja-se a força ilocucionária do modal sugerindo um recorte dessas possibilidades: *o jumento desta história pode ser alguma infeliz província.*), sem, no entanto, obstar outras interpretações ou releituras.

O último texto em análise é de uma entrevista semi-informal, de uma informante de 33 anos, com terceiro grau incompleto, gravada em 1999 no bairro de Água Santa, Rio de Janeiro, pertencente ao acervo do Projeto Programa de Estudos dos Usos da Língua (PEUL/UFF/UnB).

F- (...) Então, o meu primeiro trabalho foi para alfabetização. Olha, eu tenho o prazer de dizer que alfabetizei em três meses segundo a própria alfabetizada - uma moça de dezoito anos, pobre, ("uma") empregada doméstica. Mas ela é dessas pessoas - eu não tenho mais contato com ela, não (carro passando) sei notícias dela, não sei se ela subiu a escada para um bem ou para um mal. Ela queria vencer. (est) Então ela andava - parecia uma filhinha de madame, como diz, bem arrumadinha. Ela queria vencer a todo custo. Eu acho que foi a força de vontade dessa moça que ela aprendeu em três meses a ler. Porque ela queria sair da casa da patroa para empregar-se no comércio. (bonde passando) e diz ela que conseguiu (est) depois ("não tive"). (f) Isso foi há uns doze anos atrás.

CR: Jovem alfabetizada

CR: {5} alfabetização (referente temático) > {3} a própria alfabetizada - uma moça de dezoito anos, pobre, ("uma") empregada doméstica > {2} ela > {5} dessas pessoas > {2} ela > {2} (notícias) dela > {2} ela > {2} Ela > {2} ela > {6} uma filhinha de madame > {6} bem arrumadinha > {2} Ela > {3} a força de vontade dessa moça > {2} ela > {2} ela > {2} ela > {2} Isso.

Neste excerto, destacamos somente uma CR, na qual o falante relata sua experiência em alfabetizar uma pessoa adulta (de dezoito anos, que conseguiu alfabetizar-se em três meses). Trata-se de um relato breve, em que se observa variação nas estratégias de progressão referencial.

Em {5} *alfabetização*, temos a introdução do referente-fonte ou matriz, com remissão e retomada implícita e reorientação referencial por hiponímia (retomada de termo mais genérico "trabalho" por termo mais específico "alfabetização"). Em {3} *a própria alfabetizada, uma moça de dezoito anos, pobre, ("uma") empregada doméstica*, temos a introdução de referente novo, por anáfora indireta, de tipo semântico, ou seja, baseada no léxico, com vinculação de atributos predicativos e rotulações. Em {2} *ela, ela* (notícias) *dela, ela, Ela, ela, Ela, ela, ela e ela*, temos a retomada explícita de antecedente *a própria alfabetizada - uma moça de dezoito anos, pobre, ("uma") empregada doméstica* por pronominalização com continuidade referencial. Em {5} *dessas pessoas*, temos a - reto-

mada implícita de antecedente com reorientação referencial por hiperonímia (retomada de termo mais específico “uma moça de dezoito anos” por termo mais genérico “pessoas”), operada por expressão referencial definida com menção a referente estereotipado, situacionalmente evocado e, que pressupõe um certo conhecimento compartilhado pelos interlocutores; no caso, remete a um tipo de pessoa que se esforça por superar dificuldades. Trata-se de referente culturalmente evocado, de acordo com Roncarati (2003, p. 149). Em {6} *uma filhinha de madame, bem arrumadinha*, temos retomada com remissão a atributos predicativos por construção nominal de força ilocutória, que supõe conhecimento compartilhado por parte do interlocutor. Em {3} *a força de vontade dessa moça*, temos a retomada implícita de antecedente por associação meronímica (parte do referente que o identifica) de valor atributivo sem correferencialidade. Em {2} *Isso*, temos a retomada implícita de discurso precedente por pronome demonstrativo, com função resumitiva.

Esperamos ter evidenciado, com base nessas análises, que, além das expressões referenciais, a predicação atributiva também pode ser incluída no estabelecimento das CRs, com a finalidade de melhor depreender as relações semânticas e cognitivas entre os itens lexicais que colaboram para a construção do objeto-de-discurso na memória sócio-cognitiva do interlocutor.

Abstract

In this paper, we deal with the concept of referential chain in the textual progression, and we discuss the problem of the referential and attributive usages in the process of the construction of the discourse-object. Based on a theory of referentiation of social-cognitive interaction basis, we show that the constitution of the referential chain is one of the most efficient mechanisms of the language to produce effects of meaning.

Keywords: referential processes; referential chain; referential usage; attributive usage.

Referências

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M. et al. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 53-84.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. Décalages: lês niveaux de l'analyse linguistique. *Langue Francaise*, [S.l.], v. 120, p. 5-20, 1999.

- AVELEZA, M. *As fábulas de Esopo*. Rio de Janeiro: Editora Thex, 2002.
- BRONCKART, J. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CHAFE, W. *Discourse, consciousness and time*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CHASTAIN, C. Reference and context. In: GUNDERSON, K. *Language mind and knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.
- CORBLIN, D. *Les formes de reprise dans le discours*. Rennes: Presses de l'Université de Rennes, 1995.
- DONNELLAN, K. Reference and descriptions. *Philosophical Review*, [S.l.], n. 75, p. 281-304, 1966.
- HALLIDAY, M. A.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, [S.l.], v. 14, p. 169-190, 1998. Edição especial.
- LYONS, J. *Semântica*. v. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.G.V.; MORATO, E. M.; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53- 101.
- . Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Ed.). *Estudos de lingüística do texto*. Frankfurt am Main: [s.n.], 1999. p. 1- 29.
- . *Quando a referência é uma inferência*. Assis: GEL: UNESP, 2000. Mimeografado.
- MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- NEVES DA SILVA, S. R. *Cadeias referenciais em textos orais e escritos*. 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa)-Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

RONCARATI, C. Os mostrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. C. da; DUARTE, M. E. L. (Org.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 139-157.

_____. *A multifuncionalidade das cadeias referenciais: uma proposta pedagógica*. Mesa-Redonda realizada no XIII Congresso da ASSEL-RIO, na Universidade Federal Fluminense, Niterói, em 25 de outubro de 2005.

RONCARATI, C.; CAVALCANTE, L. F. de M.; MENDES, Ronaldo E. *Como trabalhar cadeias referenciais nos gêneros textuais?* Minicurso oferecido no III Encontro da ASSEL-Rio, Instituto de Letras da UFF, Niterói, 09 a 11 de novembro de 2004.